



Número: **0801260-34.2019.8.15.0321**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Santa Luzia**

Última distribuição : **21/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GILBERTO AUGUSTO DOS SANTOS (AUTOR)		NATHALIE DA NOBREGA MEDEIROS (ADVOGADO) DIEGO PABLO MAIA BALTAZAR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
43681 653	26/05/2021 20:00	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração
43681 654	26/05/2021 20:00	2690053_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01	Outros Documentos

ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA LUZIA/PB

Processo n.º 08012603420198150321

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **GILVANIA MASCENA DOS SANTOS**, opor
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Com a mais a respeitosa *vênia*, na decisão proferida V. Exa. não se manifestou, expressamente, sobre pontos importantes levantados nos autos, a respeito dos quais, deveria ter-se pronunciado, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, para que lhes confira os efeitos integrativos ao respeitável *decisum*.

Conforme sustentado pela Embargante em sua peça de bloqueio a parte Embargada estava inadimplente com o Seguro DPVAT. Verifica-se tal OMISSÃO, que deve ser suprida ou sanada por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Conforme amplamente demonstrado, estando o pagamento do DPVAT em atraso, o veículo não é considerado licenciado, o proprietário deixa de ter direito à cobertura em caso de acidente e, o proprietário é obrigado a ressarcir as indenizações eventualmente pagas às vítimas do acidente.

Neste ponto a r. Decisão não dedicou uma palavra sequer à esta questão amplamente invocada nos autos. Quedando-se omissa a este respeito e merecendo reforma.

DA CONTRADICAÇÃO EM RELAÇÃO À IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO

Constou na fundamentação da sentença o seguinte:

“...O promovido em sua contestação alegou irregularidade de representação, posto que até então o autor não havia juntado ao processo o instrumento de procuração outorgado ao seu advogado.

A irregularidade de representação restou sanada no id N. 28663066 – Pág.1 -, sendo juntado ao processo o instrumento de procuração...”(GN)

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Inicialmente cumpre informar que o embargado está sendo representado pela Sra. Gilvania Macena dos santos que seria a curadora provisória do embargado.

Ocorre que no ID N. 28663066 – Pág.1 informado por V. Exa há uma procuração do autor, ora embargado, assinada pelo mesmo **NÃO FAZENDO REFERÊNCIA ALGUMA A REPRESENTANTE SRA. GILVANIA MACENA DOS SANTOS.** Vejamos:

INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO

DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES


OUTORGANTE: GILBERTO AUGUSTO DOS SANTOS
BRASILEIRO, CASADO, AGRICULTOR, PORTADOR DO RG 1.102.634
SSP/RN, CPF 566.567.935-68 RESIDENTE, NA RUA FLORES
MANTENS, N.º 250, BAIRRO FLORES, SANTA LUZIA/PB.

OUTORGADOS: Diego Pablo Maia Baltazar, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o n.º. 12.937 e Nathalie da Nóbrega Medeiros, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o n.º. 17.190, ambos com escritório profissional na Rua Eduardo Gentil de Medeiros, n.º. 182, bairro Antônio Bento, em Santa Luzia/PB, CEP 58.600-000.

DOS PODERES

Através do presente instrumento, o(a) **OUTORGANTE** nomeia e constitui como procuradores os **OUTORGADOS**, concedendo-lhes os poderes da cláusula “AD JUDITIA ET EXTRA” para praticar todos os atos judiciais, *in solidum* ou cada um *per si*, podendo propor para quem de direito as ações judiciais competentes, como autor(es) ou réu(s), assistente(s) ou oponente(s), embargante(s) ou embargado(s) e defendê-lo(s) nas contrárias, segundo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-o(s), conferindo-lhes, ainda os poderes expressos para desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, requerer justiça gratuita, renunciar ao prazo recursal, representar em audiência de conciliação, receber citação inicial, reconhecer a procedência do pedido, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber e dar quitação, requerer a expedição de alvarás e recebê-los em secretaria, representá-lo(a) perante qualquer juízo, instância ou tribunal, instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autarquias, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo ainda substabelecer, dando tudo por bom, firme e valioso.

SANTA LUZIA/PB, em 28/02/2020


Outorgante

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Ademais não há nos autos NENHUMA DOCUMENTACAO PESSOAL DA SRA GILVANIA MACENA DOS SANTOS.

Assim, requer a Vossa Excelência se digne intimar a parte autora, ao apelada, para sanar o vício contido no instrumento procuratório bem como juntar os documentos pessoais da representante.

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO e CONTRADITORIO, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SANTA LUZIA, 25 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br

